



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru**  
(Criado pela Lei Municipal n.º 3.362/91)  
Rua Cônego Luiz Gonzaga, n.º 149, Centro, Caruaru-PE  
Fone/Fax: 3719-1742

## **RESOLUÇÃO DO COMDICA Nº 41 DE 27 DE JUNHO DE 2018.**

**Dispõe sobre as diretrizes para aplicação de recursos, apresentação, análise e aprovação de projetos e celebração de convênios com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- de Caruaru - FUMDECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru/PE**

**O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru (COMDICA)**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal nº 3.362, de 31 de janeiro de 1991 e da forma considerada nos termos da Reunião Ordinária realizada no dia 11 de junho de 2018,

**RESOLVE DELIBERAR:**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru-FUMDECA serão destinados mediante apresentação, análise e aprovação de projetos e celebração de convênios, aos programas e projetos que tenham por finalidade o atendimento aos direitos ameaçados ou violados de crianças e adolescentes, observando-se os critérios estabelecidos por meio da presente Resolução.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROJETOS**

**Art. 2º** As entidades que farão captação de recursos e que possuem projetos que se enquadram na área temática especificada no artigo 1º, deverão protocolizar na sede do COMDICA, no horário de 08h às 13h, uma via impressa de sua proposta, rubricada e assinada, até o dia 30 de julho.

**§ 1º** As entidades solicitantes de recursos do FUMDECA devem estar devidamente registradas no COMDICA.

**§ 2º** Os projetos deverão ser apresentados obrigatoriamente, seguindo o roteiro fornecido pelo COMDICA, que poderá ser obtido pelas entidades junto à secretaria executiva do Conselho.

**§ 3º** Após correção e aprovação dos projetos, as entidades da sociedade civil deverão entregar na sede do COMDICA 3 (três) cópias para as devidas providências.

**Art. 3º.** A análise dos projetos apresentados terá como prazo limite o dia 14 de agosto.

**Art. 4º.** É vedada a aplicação dos recursos liberados pelo FUMDECA em despesas com contratação de membros da diretoria das entidades e funcionários do seu quadro efetivo.

**Art. 5º.** As entidades solicitantes de recursos estão dispensadas de apresentar contrapartida para a execução do projeto.

**Art. 6º** Para receber recursos do FUMDECA a entidade deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - não apresentar pendências em relação à prestação de contas, junto ao poder público e ao COMDICA, de projetos anteriormente financiados com recursos do FUMDECA e repasse de convenio;

II - comprovar o cumprimento do cronograma de execução de projetos anteriormente financiados com recursos do FUMDECA, apresentando o relatório descritivo e financeiro das atividades junto ao COMDICA, de acordo com os prazos estabelecidos por lei ou pelo convênio;

III - apresentar, no mínimo, 03 (três) orçamentos para quaisquer despesas do projeto a ser financiado pelo FUMDECA.

**Art. 7º** Cada entidade da sociedade civil só poderá apresentar um projeto pleiteando recursos para a prioridade regulamentada por esta resolução.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CELEBRAÇÃO DOS CONVÊNIOS**

**Art. 8º** Após a aprovação do projeto pela Plenária do COMDICA, o mesmo será encaminhado ao órgão competente para a preparação do respectivo Convênio, observadas as normas vigentes.

**Art. 9º** Todos os projetos financiados pelo FUMDECA devem estar devidamente identificados, por meio de placa, adesivo ou banner, demonstrando a origem dos recursos obtidos ("Projeto financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e apoiado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA").

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 10.** O acompanhamento da execução dos projetos financiados é de competência do Órgão Gestor e do COMDICA, na forma regulamentar, por meio do relatório, financeiro e descritivo, por escrito.

**Art. 11.** Caso a prestação de contas seja rejeitada pelo COMDICA, será dada à entidade a oportunidade de apresentar justificativa para nova análise no prazo máximo de 5 (cinco) dias improrrogáveis.

**Art. 12.** Persistindo a desaprovação por parte do COMDICA, a entidade deverá restituir ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os valores cuja aplicação não foi comprovada de acordo com o Plano de Trabalho.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 13.** Os projetos aprovados serão passíveis de financiamento total ou parcial, desde que existam valores captados e disponíveis no FUMDECA, sendo que a ordem de aplicação será deliberada pelo COMDICA, de forma expressa e justificada.

**Art. 14.** Os projetos aprovados nos termos desta resolução podem ser reavaliados, reduzidos, suspensos ou cancelados, se comprovados fatos que alterem o enquadramento inicial.

**Art. 15.** O descumprimento de quaisquer dos itens desta Resolução poderá implicar no não recebimento de recursos no ano seguinte.

**Art. 16.** Os casos especiais ou omissos serão deliberados e decididos pelo COMDICA em sessão plenária.

**Art. 17.** Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

**Art. 18.** Revogam-se as disposições em contrário.

Caruaru, 27 de junho de 2018.

**Verônica Alves da Silva**  
Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente de Caruaru